Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 29 | 2012

**Percursos da Filosofia do Conhecimento no século XX
em Portugal e no Brasil**

Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano

Leão Ramos Ascensão and the Integralismo Lusitano

A. Paulo Dias Oliveira

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/1154>

DOI: 10.4000/cultura.1154

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 237-262

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

A. Paulo Dias Oliveira, « Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano », *Cultura* [Online], Vol. 29 | 2012, posto online no dia 11 novembro 2012, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/1154> ; DOI : 10.4000/cultura.1154

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano

Leão Ramos Ascensão and the Integralismo Lusitano

A. Paulo Dias Oliveira

NOTA DO AUTOR

Este artigo fica a dever a sua quota-parte à preciosa colaboração de José Manuel Cordeiro, ao qual o autor agradece. Por outro lado, não podemos deixar de asseverar que a redacção deste artigo remonta ao ano de 2004 e que, desta feita, apenas se acrescentaram pequenas notas ou esclarecimentos.

- 1 Esta investigação terá três partes distintas mas que consideramos complementares. Em primeiro lugar, buscar-se-á, através de algumas fontes históricas gerais, o modo como o fenómeno do Integralismo Lusitano tem sido compreendido e estudado no nosso país e qual o estado actual dos estudos sobre este movimento. Num segundo momento, apreciar-se-á a vida de Leão Ramos Ascensão e o seu contributo para o movimento monárquico e para o movimento do Integralismo Lusitano, principalmente durante a sua juventude, isto porque os doutrinários do integralismo ainda são uma fonte privilegiada de notícias para a história do movimento. O momento seguinte e final, o qual se constituirá à volta da análise da obra de Leão Ramos Ascensão denominada *Integralismo Lusitano*, levar-nos-á ao conhecimento deste movimento desde a sua fundação à volta da revista *Alma Portuguesa*, editada em Lovaina, na Bélgica, em 1913, até à extinção do movimento em 1933.

1. O estado da questão

- 2 Não são muito esclarecedores os estudos acerca do Integralismo Lusitano neste “inferno à beira-mar plantado”, na feliz expressão de Almada Negreiros. O estado da questão pode ser percebido através das Histórias de Portugal mais representativas, em particular a

dirigida por Damião Peres¹; a *Nova História de Portugal*, com coordenação de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques²; a *História de Portugal* com direcção de José Mattoso³; e, por último, a história do nosso país coordenada por João Medina⁴. Além destas obras servimo-nos, também, do *Dicionário de História de Portugal*⁵ e do *Suplemento do Dicionário de História de Portugal*⁶, os artigos sobre o Integralismo produzidos por David Ferreira, artigo escrito nos anos 60, e António Costa Pinto.

- 3 Temos, então, como tarefa analisar cada uma destas obras no que diz respeito ao movimento do Integralismo Lusitano. Na primeira das obras referidas, que por comodidade passaremos a designar pela pessoa do seu director, o estudo do movimento do Integralismo não aparece autonomizado em relação aos outros movimentos monárquicos e, digamo-lo frontalmente, apenas aparece em articulação com eles. Deste modo, na história de Damião Peres, as incursões de Paiva Couceiro (1911 e 1912), o Pacto de Dover (20 de Janeiro de 1912), o aparecimento das revistas *Alma Portuguesa* (Maio de 1913) e *Nação Portuguesa* (Abril de 1914), o movimento que conduziu à Monarquia do Norte (Janeiro de 1919), as personalidades de Aires de Ornelas, Mariotte (pseudónimo do Padre Amadeu de Vasconcelos), António Sardinha e Hipólito Raposo, são apresentados conjuntamente como fazendo parte do mesmo movimento.
- 4 Só a partir de 20 de Outubro de 1919, quando D. Manuel II declara que recusará qualquer monarquia que não seja constitucional, é que Damião Peres concede uma maior atenção ao movimento do Integralismo Lusitano, uma vez que este irá renunciar à obediência ao rei titular e voltar-se-á para o filho de D. Miguel, D. Miguel II e, posteriormente, por renúncia do anterior e do seu primogénito, para D. Duarte Nuno que, sendo menor, tinha sua tia, Maria Aldegundes de Bragança e Bourbon, como tutora⁷.
- 5 A despeito da tentativa de aproximação de D. Manuel II a todos os monárquicos (Pacto de Paris, 17 de Abril de 1922, e constituição da Acção Realista Portuguesa, 8 de Dezembro de 1923), os integralistas mantêm a sua autonomia, embora a Junta Central do Integralismo tenha suspenso a sua actividade política, bem como a publicação do seu órgão oficial *A Monarquia*. É precisamente tal autonomia do movimento do Integralismo Lusitano que Damião Peres, até aqui, se escusa a pôr em destaque, autonomia que aparecera já propagada no célebre artigo “O que nós queremos” no número um da revista *Nação Portuguesa, Revista de Filosofia Política* de 8 de Abril de 1914.
- 6 A análise de Damião Peres do movimento do Integralismo fica-se neste pé. O que é mais, diga-se de passagem, do que aparece na segunda obra citada, *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques. Nesta última publicação, a análise do movimento do Integralismo fica, tão-somente, na transcrição do artigo “O que nós queremos”, citado anteriormente, no qual se define o tipo de governo defendido pelos integralistas: monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar.
- 7 O estudo de Rui Ramos sobre o Integralismo Lusitano centra-se, de modo diferente, na personalidade de António Sardinha. Além disso, acrescenta dois ou três factos novos ao estudo do Integralismo. Em primeiro lugar, e é um dado importante, a tentativa de reescrever a história, contrariando a narração do passado de feição liberal que essa área do saber tivera ao longo do século XIX (do “estúpido século XIX”), esse esforço conjugado com a procura das raízes (os nossos mestres, história do pensamento contra-revolucionário) mostram, claramente, o papel decisivo que os estudos históricos tiveram no ideário do Integralismo Lusitano. Em segundo lugar, o desempenho e empenho no regime de Sidónio Pais: António Sardinha e Pequito Rebelo foram eleitos deputados;

Xavier Cordeiro colaborou no projecto de institucionalização do “Casal de Família”; Hipólito Raposo foi promovido a chefe de repartição do Ministério da Instrução Pública e colaborou na elaboração da lei eleitoral e na Constituição; José Pequito Rebelo terá sido sondado, diz o autor do estudo, para Comissário Geral da Lavoura.

- 8 Se a investigação de Rui Ramos se centrou, quase exclusivamente, na figura de António Sardinha, a *História de Portugal* coordenada por João Medina esquece, quase diríamos lamentavelmente, o “mestre”.
- 9 Se é verdade que os dois artigos de António Ventura, sobre Pequito Rebelo e Hipólito Raposo, são bem ilustrativos, sendo mesmo publicado, em apêndice, um excerto da obra *Dois Nacionalismos/L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, do último dos autores citados, não deixa de ser verdade que, a exemplo do estudo anterior, as personalidades de Pequito Rebelo e Hipólito Raposo não chegam para ilustrar, nem de perto nem de longe, o movimento do Integralismo.
- 10 Pode-se atestar que a síntese mais exaustiva sobre o Integralismo Lusitano, de entre todas as obras consultadas, é a de David Ferreira publicada no *Dicionário de História de Portugal*, compreendendo três partes: doutrina, crítica e evolução. Na primeira parte, localiza o início do movimento do Integralismo situando-o na publicação do número um da *Nação Portuguesa*, que pode ser considerada órgão, embora não oficial, do integralismo lusitano. Note-se, contudo, que a primeira revista a autodenominar-se integralista, a *Alma Portuguesa*, em Maio de 1913, editada em Lovaina por um grupo de jovens estudantes monárquicos residentes em Gand, ficou aí esquecida.
- 11 No entanto, verdadeiramente fundamental no movimento do Integralismo Lusitano foi a publicação da *Nação Portuguesa*, bem ilustrada no seguinte episódio contado por Jacinto Ferreira: “Conta Hipólito Raposo que, logo a seguir ao aparecimento do primeiro número da *Nação Portuguesa*, tendo encontrado no Chiado o seu amigo Dr. Coelho de Carvalho, que por sinal era republicano, este lhe disparou o seguinte discurso referido à revista que trazia na mão: Com a minha autoridade de republicano, quero dizer-lhe, meu amigo, que nenhuma incursão ainda pôs a República em perigo, e todos os impulsos desse género só têm servido para afervorar e exaltar as várias espécies dos seus defensores. Mas o perigo verdadeiro aparece agora, aqui, nesta nova orientação de combate. Não se derrubam árvores atirando pedradas aos ramos; apenas cairão algumas folhas. O primeiro ataque sério à República, vejo-o eu nestas linhas. É o machado a dar golpes na própria raiz do sistema.”⁸ Palavras verdadeiramente significativas que atestam bem a importância da *Nação Portuguesa* no contexto do Integralismo e, sem grandes pruridos, damos “de barato” a veracidade do episódio.
- 12 Pelo facto de David Ferreira situar o início do Integralismo Lusitano na publicação do número um da *Nação Portuguesa*, como já foi referido, transcreve, também, o manifesto já citado (“O que nós queremos”) que encerra o conteúdo doutrinal do movimento. Para além disso, o autor apenas refere as conferências da Liga Naval Portuguesa (1915) e o início da publicação do periódico *A Monarquia*, diário integralista vespertino (12 de Fevereiro de 1917) passando, em seguida, para a secção da crítica.
- 13 Por último, salientaremos alguns pontos, que nos pareceram dignos de menção, na parte do texto em que se trata da evolução do movimento do Integralismo, dos quais convém salientar: as razões do sucesso do Integralismo Lusitano, as lutas políticas republicanas e o conseqüente afastamento de algumas figuras eminentes da República; a conjuntura relacionada com a I Guerra Mundial (1914-18); a ditadura Pimenta de Castro/Manuel de

Arriaga (1915); o governo de Sidónio Pais; a revista *Homens Livres* – colaboração entre integralistas e seareiros; a morte de António Sardinha (10 de Janeiro de 1925).

- 14 O *Suplemento do Dicionário de História de Portugal* acrescenta, ao já publicado no artigo anterior, a importância do legado intelectual integralista que terá sido absorvido pelo “Estado Novo”, além de algumas indicações úteis sobre o papel do Integralismo durante o 28 de Maio e o “Estado Novo”. Elucida-nos, também, sobre a “batalha de restauração da monarquia” na qual se filia a fundação do periódico *Aléo* e das Edições Gama, a que dedicaremos algumas linhas neste texto⁹. Ademais, o *Suplemento* multiplica as entradas relacionadas com o Integralismo Lusitano¹⁰.
- 15 Em conclusão, podemos afirmar que, das obras gerais consultadas, apenas o *Dicionário de História de Portugal* (e o respectivo *Suplemento*) procedem a um estudo mais abrangente acerca do Integralismo. É verdade que a partir dos finais dos anos setenta, com a publicação do estudo de Braga da Cruz, *O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo*, escrito datado de 4 de Julho de 1979, publicado originalmente na Revista *Análise Social*, Vol. XVIII (70), 1.º, pp. 137 a 182¹¹, a compreensão do fenómeno do Integralismo Lusitano tem sofrido um incremento generalizado.
- 16 Esse fenómeno revela-se, sobretudo, no conjunto de teses que têm sido publicadas sobre ou a propósito do Integralismo nos últimos anos, das quais gostaríamos de salientar: Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitos do Integralismo Lusitano*, 1993; José Manuel Alves Quintas, *Filhos de Ramires: Das ideias, das almas e dos factos no advento do “integralismo lusitano” (1913-1916)*, 1997¹²; Artur Ferreira Coimbra, *Paiva Couceiro e a Contra-revolução Monárquica (1910-1919)*, 2000; Nuno Simão Miranda Guerra da Silva Ferreira, *O Pensamento Integralista de Alberto Monsaraz*, 2001; Ana Isabel Sardinha Desvignes, *Nas Origens do Integralismo Lusitano. António Sardinha: Aspectos de um percurso intelectual no século 1903-1915*, [DL 2002]¹³. As primeiras são dissertações de mestrado e a última de doutoramento. Encontramos, também, investigadores estrangeiros a escreverem sobre o Integralismo, a título de exemplo, Stewart Lloyd-Jones na Universidade de Glasgow, *Action Française and Integralismo Lusitano*, 1998.

2. Vida e obra de Leão Ramos Ascensão

- 17 Feito este breve excuro pela historiografia sobre o Integralismo Lusitano, dedicaremos a segunda parte desta investigação à articulação de alguns aspectos da vida de Leão Ramos Ascensão com a história do movimento. Por essa razão, a grande maioria dos factos relacionar-se-á com essa perspectiva, embora não sejam descurados, também, outros factos relevantes na acção política deste intelectual.
- 18 Leão Ramos Ascensão nasceu, em Loulé, a 11 de Abril de 1903¹⁴. Das três fontes que se ocupam da sua biografia deparamos que, desde logo, J. de Oliveira Ascensão chama-lhe escritor e homem público na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*¹⁵; a seguinte, o *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*¹⁶, em artigo não assinado, denomina-o de publicista; a última, Vilhena Mesquita, na *História da Imprensa do Algarve - II*¹⁷, não o classifica de maneira nenhuma.
- 19 Sabemos que foi estudante liceal em Faro, tendo terminado a então sétima classe no ano lectivo de 1922-23 – o jornal *Notícias do Algarve* (Ano I, n.º 3) publica, em 15 de Julho de 1923, a notícia da conclusão do curso dos liceus. O que apurámos acerca da sua vida académica foi que colaborou em vários periódicos: o mais antigo é *O Grito dos Novos*, de que

foi director conjuntamente com Francisco de Sousa Inês. Deste periódico apenas conseguimos consultar o n.º 1, de 18 de Julho de 1920, que, no editorial, demonstra uma apegada fé regionalista e ataca os partidos políticos que, segundo eles (dizemos eles porque não se encontram assinados os artigos), apenas defendem os interesses de Lisboa. Segue-se a *Alma Académica*, número único de homenagem a João de Deus, 8 de Março de 1922, designado como o jornal do Liceu de Faro. Neste exemplar, que nos parece terá sido coordenado por Ascensão (Presidente da Academia e no qual assina o artigo “O Nosso Patrono”), colaboraram alguns nomes ilustres quer a nível provincial quer, mesmo, a nível nacional, a saber: João de Deus Ramos, Marcos Algarve, Teófilo Braga, Sebastião da Costa, Silva Pêra, Cândido Guerreiro, João Capuz, J. Rita da Palma, Bernardo de Passos, Afonso Lopes Vieira, M. Caetano de Sousa, Pedro M. Júdice, Lyster Franco, António Santos, Francisco de Sousa Inês e António do Nascimento.

- 20 No entanto, a sua mais profícua colaboração encontra-se na folha *Notícias do Algarve*, jornal que era propriedade do Núcleo Regional de Faro das Juventudes Monárquicas Conservadoras. Neste periódico, encontramos produtos da sua pena no n.º 1, de 1 de Julho de 1923, n.º 4, de 22 de Julho de 1923, n.º 8, de 19 de Agosto de 1923, e n.º 10, de 2 de Setembro de 1923, todos do primeiro ano da sua publicação. Em todos eles se afirma o espírito monárquico, combatendo a república, os partidos políticos, os princípios da revolução de 1789, o sovietismo, etc.
- 21 Ainda no mesmo periódico se proclama a monarquia como a tradição e esta última como a lição do passado, concluindo que “Pátria e Monarquia são ideias que se confundem” (“Os Partidos”, n.º 8, de 19 de Agosto de 1923, p. 1). Por ora queríamos salientar dois factos: a afirmação de que a Academia do Liceu de Faro era monárquica, pelo menos o seu presidente Leão Ramos Ascensão o era (cf. n.º 1, de 1 de Julho de 1923, “A Academia e a Causa Monárquica”, p. 8); e a certeza de que, nessa época, o louletano ainda não teria o ideário integralista bem “assente” (vd. a defesa de D. Manuel II como o rei de todos os portugueses in “Questão de Princípios”, n.º 4, de 22 de Julho de 1923, p. 1).
- 22 Além das referidas colaborações, Vilhena Mesquita identifica-o, também, como colaborador do periódico de Loulé *O Primeiro de Maio*, ainda que, nos números disponíveis na Biblioteca Nacional, não tenhamos encontrado nenhum artigo por ele assinado. Encontramos sim um esclarecimento, cujo título é elucidativo, enquanto presidente da academia do liceu de Faro, publicado no *Correio do Sul*, Ano 3, n.º 148, de 10 de Dezembro de 1922, intitulado “Vida Académica. Porque não se festejou o 1.º de Dezembro? O presidente da Academia versando esse assunto e o da ‘decadência’ escreve ao *Correio do Sul*”, pp. 1 e 2, um título verdadeiramente elucidativo.
- 23 Terminado o liceu no ano lectivo de 1922-23, ingressa no ano lectivo seguinte, 1923-24, na Universidade de Coimbra¹⁸. Não surgem notícias dele nestes primeiros anos nos bancos da universidade, mas estamos plenamente convencidos de que foi esta a altura em que o natural de Loulé se terá “convertido” ao Integralismo. Sabemos da existência dum movimento integralista entre os estudantes de Coimbra, pelo menos desde Agosto de 1922, ocasião em que a *Nação Portuguesa* transcreve uma mensagem deste movimento estudantil integralista dirigida ao director da revista, o mestre doutrinário António Sardinha¹⁹.
- 24 Nessa ordem de ideias, tudo leva a crer que a sua militância se tenha desenvolvido entre os anos de 1923, data em que chega a Coimbra, e 1926, época em que o encontramos referido no “órgão oficial” do Integralismo Lusitano. É na 3.ª série da *Nação Portuguesa*, n.º 11, pp. CCXXXVIII-IX, do citado ano de 1926, que o encontramos mencionado na Secção

“Através das Revistas e dos Jornais”; aí se dá notícia da Conferência realizada pelo natural de Loulé (Anexo II), texto que será posteriormente editado com o patrocínio da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, sob a denominação de *O Fascismo, o Anti-fascismo e a Monarquia Hereditária*, Coimbra, Imprensa Académica, 1926.

- 25 Desde o n.º 7-8 da *Nação Portuguesa* (3.ª Série, 1925), sabemos que Ascensão era assinante e divulgador do “órgão oficial” do Integralismo²⁰. Também através da mesma fonte²¹, sabemos que foi articulista da revista *Ordem Nova*, onde encontramos da sua pena “As bases da economia nova”, onde critica a economia liberal (geradora da plutocracia) e a economia socialista (criadora de burocratas). Neste artigo defende uma nova economia com base na obra de George Valois, *Économie nouvelle*²². Seguiu-se “O CADC de Coimbra”, peça que elogia a instituição que acaba de comemorar as suas bodas de prata²³.
- 26 Convém referir que o citado periódico era dirigido por Marcelo Caetano e Albano Magalhães. Como nota de curiosidade, apresentamos o subtítulo desta revista integralista dirigida à juventude: *Revista Anti-Moderna, Anti-Liberal, Anti-Democrática, Anti-Burguesa e Anti-Bolchevista. Contra-Revolucionária; Reaccionária, Católica, Apostólica e Romana; Monárquica; Intolerante e Intransigente; Insolidária com Escritores, Jornalistas e quaisquer Profissionais das Letras, das Artes e da Imprensa*. Esta subdenominação mais se parece com um “manifesto”. Publicou-se de Março de 1926 a Fevereiro de 1927, dez volumes com doze números (embora os quatro últimos se transformam em fascículos).
- 27 Em 1926 (Ver Anexo II), Leão Ascensão era já secretário da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano e colaborador da *Ordem Nova*. Nesse ano, a actividade combativa era bela e continuava a dar sinais de vigorosa vitalidade, sendo o louletano um “espírito naturalmente combativo”²⁴. Por isso não espantará que, dois anos após, o encontremos como director da folha *Vanguarda*, órgão da Junta Escolar de Coimbra. Acompanhavam-no na aventura jornalística António Abrantes Tavares como redactor principal e Fernando Correia Santos como editor. O louletano era, à época, como facilmente se compreende, o Presidente da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano²⁵.
- 28 Não sendo tarefa fácil e breve resumir em pouco tempo as publicações lavradas pelo seu punho no jornal da Junta Escolar de Coimbra, não podemos deixar de tentar oferecer, no entanto, algumas indicações sobre o seu papel nesta folha integralista. Antes de mais é necessário dizer que, além dos artigos que publicou, Leão Ascensão foi director do periódico até ao n.º 9, de 29 de Maio de 1928, o que se entende, pois sabemos que foi o ano que concluiu o curso de Direito; o n.º 10 saiu apenas em 1 de Dezembro desse ano²⁶.
- 29 Voltando aos produtos da sua actividade, talvez a melhor forma de tratar o assunto seja, num primeiro momento, enunciar exaustivamente os artigos produzidos por Leão Ramos na *Vanguarda* e, num momento seguinte, salientar alguns aspectos que consideramos mais pertinentes. Nas duas primeiras páginas do número inaugural, que na edição presente na BNP estão quase completamente rasgadas, deviam constar um editorial e uma carta, de que resta um fragmento, dirigida ao louletano. Na p. 3 encontramos o escrito “Uma grande iniciativa. O Instituto de Estudos Coloniais” (n.º 1, de 25 de Fevereiro de 1928); “O Nosso Nacionalismo” (n.º 2, de 3 de Março, pp. 1 e 2); “Ilda Stichini”, p. 1 e “Palavras Claras”, p. 4 (n.º 3, de 10 de Março); “Um papel” e “Uma explicação”, ambos na p. 4 (n.º 4, de 17 de Março). Estes três últimos artigos, juntamente com “Para terminar” (n.º 5, de 24 de Março, p. 1) e “Um Reforço” (n.º 7, de 28 de Abril, p. 4), reportam-se a uma polémica com o presidente da Academia Republicana, Vitorino Nemésio.

- 30 Convém lembrar que Cabral de Moncada, professor de Direito na Universidade de Coimbra, manteria, nesse mesmo ano, nas páginas da *Nação Portuguesa* uma polémica com Vitorino Nemésio e, posteriormente, com António Sérgio. O pretexto desta polémica foi a conferência do docente de ciências jurídicas lida na noite do 1.º de Dezembro de 1927 na Associação Académica de Coimbra, sob o título *1640... Restauração do Pensamento Político Português*, posteriormente editada no *Boletim da Faculdade de Direito*, Ano X, 1926-1928, Coimbra, Coimbra Ed., 1929²⁷.
- 31 Voltando aos artigos de Ascensão temos: “A Academia... Republicana” (n.º 5, de 24 de Março, p. 2); “O Integralismo e os partidos I, II e III (respectivamente nos n.º 6, de 21 de Abril, p. 4; n.º 7, de 28 de Abril, p. 2; e n.º 8, de 5 de Maio, p. 3). Termina no número seguinte, no qual nada escreve, a sua carreira como director do periódico; no entanto, os seus artigos não ficariam por aqui, a despeito das palavras de despedida que lhe são dirigidas e a Fernando Correia Santos no n.º 10 de 1 de Dezembro de 1928; nesse mesmo número aparece-nos “Um programa partidário”, p. 3. No n.º 12 de 15 de Dezembro regista-se “De Lisboa. Na Academia de Ciências”, p. 2, o que demonstra que o louletano estaria na capital por essa altura; no n.º 13, de 26 de Janeiro de 1929, já no Ano II da publicação, deparamos com o artigo “Liberdade de Imprensa”, na p. 3, e na página seguinte aparece a despedida aos companheiros que ficaram em Coimbra e a reafirmação das teses integralistas (monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar) sob a denominação “Aos meus amigos de Coimbra”.
- 32 Poderemos inferir que terá sido por volta desta data, Janeiro de 1929, que se terá deslocado para Angola, a despeito de ainda aparecerem dois artigos assinados por si no n.º 15, a 16 de Fevereiro, e no n.º 16, a 25 de Fevereiro, intitulados, respectivamente, “Os estudantes e a política”, p. 4, e “Panorama”, p. 4. Nesta sua ida para o Ultramar talvez tenha influído a viagem de Luís Carrisso, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e director do Jardim Botânico, a Angola. No artigo já citado “Uma grande iniciativa. O Instituto de Estudos Coloniais”, o natural de Loulé louva os esforços para a valorização das colónias e para a constituição das elites, bem como valoriza a criação do aludido instituto. Salienta-se, no mesmo sentido, que na obra *O Integralismo Lusitano* defende que o futuro de Portugal se encontra nas colónias²⁸.
- 33 Sobre o órgão da Junta Escolar de Coimbra gostaríamos, finalmente, de referir mais uma ou duas coisas. Antes de mais, não pode ser inócuo o facto de publicarem em todos os números o “manifesto”, repetidamente aludido, “O que nós queremos. Monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar”, e no número 6, de 21 de Abril de 1928, o complemento desse manifesto o artigo “Anúnciação” de L. de Almeida Braga, também publicado no primeiro número da *Nação Portuguesa*, 1.ª série, 1914-16. Seguidamente, constata-se que colaboram na *Vanguarda*, ou pelo menos têm lá escritos seus, algumas das figuras gradas do Integralismo, tais como: Francisco Rolão Preto, José Hipólito Raposo, Afonso Lopes Vieira, Luís de Almeida Braga, José Pequito Rebelo e Nuno de Montemor (pseudónimo do Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida).
- 34 Como já foi referido, terá sido no início de 1929 a sua partida para terras africanas²⁹, onde terá exercido o múnus forense e dirigido os Serviços de Administração Civil. A única notícia, posterior a essa data, que dele colhemos, corria já o início do ano de 1934, foi na forma de uma recensão crítica, publicada na revista *Integralismo Lusitano* dirigida por Almeida Braga e Hipólito Raposo, revista que procurou recolher a herança “integral do integralismo” (passo o pleonismo), texto que se debruça sobre a obra de António Sardinha *A Prol do Comum*, editada em Lisboa pela Livraria Ferin nesse ano de 1934. Nesse

texto o louletano elogia o trabalho do “mestre” e defende a monarquia tradicionalista e corporativa³⁰.

- 35 Em 1940 regressa a Portugal³¹; sabemos que, no ano seguinte, terá estado na origem da publicação do *Aléo* (21 de Outubro de 1941), que, num primeiro momento, se designou como *Boletim das Edições Gama* e, em seguida, como *Propriedade das Edições Gama, Lda*. No ano seguinte, logo a 3 de Janeiro, encontramos-lo entre os sócios fundadores das citadas edições (responsáveis pela Biblioteca Integralista), ao lado de outros nomes grados do movimento do Integralismo Lusitano da época como Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque, Artur Eugénio Gouveia de Carvalho, Fernando Alberto da Silva Amado (primeiro director do *Aléo*), José Centeno Castanho, José Augusto de Macedo Campos e Sousa, Fernando Henrique de Aguiar e António Queiroz de Vasconcelos e Lencastre. Estas iniciativas surgem como mais uma tentativa, das várias, de restauração da monarquia durante o salazarismo.
- 36 Da sua participação na folha das edições Gama resultou um conjunto vasto de artigos, dos quais nos é apenas possível a sua inventariação, deixando essa preciosa indicação a quem a queira aproveitar³².
- 37 Ao contrário do que afirma a *Enciclopédia* e é repetido pelo *Dicionário Cronológico*, isto é, que foi director do jornal *Aléo* entre 1944 e 1946, a verdade é que o natural de Loulé apenas assumiu a direcção do periódico, interinamente, no Ano V, n.º 43, de 24 de Outubro de 1946; até essa data o director foi Fernando Amado, e Leão Ramos Ascensão veio a ser director efectivo a partir do n.º 45, de 21 de Novembro do mesmo ano, tendo tal cargo no jornal até ao fim dos números que se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal (15 de Maio de 1947).
- 38 Concluindo esta pequena biobibliografia, sabemos, também, que frequentou com êxito o curso da Escola Superior Colonial, embora não saibamos quando, e que foi docente contratado desta mesma instituição (a partir de 1947 denominada Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e, posteriormente, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) de 1951 a 1955, onde regeu as cadeiras de Finanças e Direito Aduaneiro. No campo profissional foi, também, Secretário-Geral da Junta Nacional da Marinha Mercante.
- 39 No âmbito da Acção Católica Portuguesa, foi presidente da Liga Católica e do Conselho Superior das Conferências de São Vicente de Paulo³³. Da sua actividade monárquica posterior, consta a participação no conselho privado do Duque de Bragança, tendo sido agraciado, pela República, com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique. Morreu, em Lisboa, a 3 de Março de 1980.
- 40 Além das duas obras já referidas – *O Fascismo, o Anti-fascismo e a Monarquia Hereditária*, Coimbra, Imprensa Académica, 1926, e *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943 –, publicou o opúsculo *Da Falsificação à Autenticidade*, Sep. da Revista *Brotéria*, 50, Porto, Tip. Porto Médico, 1950; dirigiu o periódico *Saúde Moral*, que era o Boletim da Liga Nacional de Moralidade Pública, Lisboa, L.N.M.P., 1963 – deste periódico só conseguimos consultar o primeiro número, onde Leão Ramos Ascensão participa, não se sabendo se chegou a publicar mais algum exemplar. Além disso, traduziu a obra do Conde de Paris intitulada *A Monarquia de Amanhã*, Lisboa, Tip. Gráfica Santelmo, 1949, e a obra de Alfred Angel, título original *Le Sens du pauvre*, cuja denominação da tradução portuguesa foi *Nós e o pobre*, Lisboa, Soc. de S. Vicente de Paulo, 1971. A *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, seguida pelo *Dicionário Cronológico*, indica-o também como tradutor de Péman e Pradera;

no entanto, na Biblioteca Nacional de Portugal nada encontrámos traduzido por ele destes dois autores.

3. História do Integralismo Lusitano

- 41 Antes de entrarmos no nosso último objecto de estudo, a obra *O Integralismo Lusitano*, convém fazer, neste momento, um pequeno ponto da situação acerca do Integralismo. Era, de facto, o Integralismo Lusitano um movimento conservador e de direita, importante ao ponto de fazer perigar as instituições republicanas? E se o era, na província do Algarve tal perigo também se faria sentir?
- 42 É, precisamente, a estas duas questões que é necessário responder para avaliar a importância do movimento do Integralismo Lusitano. A resposta à primeira pergunta é-nos dada por uma das personalidades do fim da, assim chamada, primeira República: Raul Proença. Este autor sentiu-se na necessidade de publicar nas páginas da *Seara Nova* um conjunto de artigos de combate às ideias do Integralismo (do n.º 5, de 24 de Dezembro de 1921, ao n.º 15, de 1 de Julho de 1922). Nestas páginas o pensador republicano afirmava que “discutir o integralismo é, pois, uma operação necessária de profilaxia intelectual”³⁴.
- 43 Quase com o mesmo propósito, embora retrospectivamente, Aquilino Ribeiro deixou uma imagem depreciativa acerca do Integralismo Lusitano na obra *Arcanjo Negro*, peça que reconstrói os acontecimentos anteriores e posteriores ao 28 de Maio de 1926 (a acção do romance *Arcanjo Negro* é a continuação de *Mónica*, compreendendo o período que vai de 1925 a 1929). Na prosa de Aquilino travam diálogo a personagem principal, Ricardo Tavarade, e o seu primo, Filipe Alvarenga, uma espécie de consultor e de alter-ego de Ricardo. Aí afirma Filipe: “Vai-te para o Diabo! Imaginas que estás na *Brasileira* a deitar piada! Felizmente a nação e a raça vão passando de saúde como as caravanas. Uma conta à beira de oitocentos anos e porque os conta tem seiva própria, cerne próprio e individualidade na floresta dos povos; a outra irradiou pelo mundo, tendo criado um instrumento inigualável de cultura que é a língua, e a sua imortalidade está nos impérios que fundou, não precisando mais do que o Brasil no testamento. Espíritos como o teu, satânicos e furta-cores, é que estabelecem a confusão... levam a duvidar. Diz lá: não é Portugal um país de agricultores?... De marinheiros?... Diz?... Equilíbrios por um lado, aventura por outro. Africanos, latinos, bárbaros do Norte, árabes deviam ter caldeado no jazigo étnico como escórias no cadinho. Por outra, à beira do Atlântico o português não foi a sentinela da Europa contra o muçulmano, de modo geral contra o asiático? Simbolizar o nosso génio é pôr em evidência esses valores históricos, valores de sobejo para ter existência própria, carácter próprio, vender e dar glória, blasonar de quem nos pede a razão de ser.” Em contrapartida, Ricardo Tavarade de supetão objecta: “Já ouvi isso a uma pseudodoutrina nacionalista mascavada de maurraísmo, saudosismo, miguelismo e patetismo chamada integralismo.”³⁵ Outro exemplo foi-nos fornecido pelo próprio Leão Ascensão ao dizer que, já em Janeiro de 1917, Leonardo Coimbra, num discurso, chamava a atenção para o “perigo do integralismo”³⁶.
- 44 No que se refere à província do Algarve, o fenómeno do Integralismo não seria desprezível, a avaliar por um periódico de Faro que publicou uma série de artigos de refutação do movimento. Curiosamente, tais peças argumentativas começam antes da crítica aludida de Raul Proença nas páginas da *Seara Nova*. Por serem uma importante refutação, que balança entre o jocoso e o sério, e estarem de tão “fina” forma elaborados,

não nos coibimos de citar, de seguida, um longo trecho, dado à estampa no *Correio do Sul*, Ano II, n.º 68, de 26 de Junho de 1921.

- 45 Com o título de “Contra a epidemia do integralismo lusitano”, o texto, em forma de carta, é dirigido a um jovem integralista, não sabemos se real se fictício (sendo até uma hipótese que se trate de Leão Ramos Ascensão), e vão firmados por um misterioso Eu que reside em Algures³⁷. Damos a Eu a palavra: “Em todo o caso, como vim a saber que, por obra sua e de outros integralistas jovens, que aqui estiveram, o vírus começara a infestar ostensivamente a nossa província, acho necessário que se encete a *campanha sanitária* que a *epidemia* está a pedir, está a *gritar* mesmo, havendo, de resto, já *vítimas* tão altamente simpáticas como você (...)”. O mencionado Eu cita, em seguida, G. Le Bon “(...) um mestre ou mentor, em certo modo, da vossa grei (...)”, e continua: “como você já sabe, eu estou muito *inteligentemente* convencido de que a vossa doutrina não passa dum novo avatar romântico-cretino da tacanhez e da estupidez nacional, sob o vistoso manto da *restauração da Inteligência* (com I grande) e de outras prosápias verbais mais ou menos decalcadas daquela tacanhez cujo pendão o ínclito ateu-católico Charles Maurras hasteou em França e os *camelots du roy* com o *fou du roy* – esse escasso sectário que dá pelo nome de Léon Daudet – seguem na procissão farandólica da ‘Action Française’”. E prossegue num tom belicoso: “assim, sem respeito algum pelos vossos novos ideólogos da Reacção (com R grande), eu poderia começar tratando-os *despejadamente* da mesma altura que eles tratam os adversários. Eu poderia, por exemplo, dizer que os bacilares deuses da olímpica associação microbiana da Boa-Causa, a gregária corte dos grandes filhos do Pelicano, são meia dúzia de pavões intelectuais, soberanamente ridículos até nos ademanes majestáticos com que se movem em público... E seria talvez necessário isto, dado que em face da espuma cretina que na capital alfacinha anda à supuração como sendo o Portugal intelectual verdadeiro, a *elite*, perdão, o *escol*, os vossos *aristogatos* já todos têm aura diademal e entraram naquele limbo que faz curvar os próprios adversários perante a sua hierofância. Seria, sem dúvida, o que estariam a gritar os vossos doutores da *Nova Ciência Política*.”
- 46 Este excerto do primeiro artigo somado aos vinte e três que se seguem, publicados entre os anos de 1921 e 1922, ilustra bem a difusão da “epidemia” do Integralismo no que respeita, pelo menos, à capital do distrito. A isto acresce a constituição dum núcleo do Integralismo Lusitano em Silves, composto por Fausto Santana, Manuel Guerreiro da Costa e António Carneiro Jacinto, mais ou menos na mesma época, grupo que chegou a imprimir uma folha conhecida pelo nome de Ideia Nova. Com tudo isto fica-se com um quadro, embora sintético, da difusão do Integralismo na província mais ao sul de Portugal Continental.
- 47 Eis-nos, então, na parte final deste excurso, na qual se pretende, com a “ajuda” de Ascensão, fornecer um retrato do Integralismo Lusitano desde a sua fundação até à sua extinção como organismo político. Em primeiro lugar, convém dizer que a obra é dedicada a Hipólito Raposo, “português sem mancha, mestre e guia seguríssimo, nobre carácter e grande coração”.
- 48 A fundação do Integralismo Lusitano como movimento de intelectuais deu-se, essencialmente, em Coimbra, onde um grupo de antigos companheiros na Universidade desta cidade se resolve juntar para fundar uma revista, que terá como rótulo *Nação Portuguesa, Revista de filosofia política*, e como companheiro o Pelicano³⁸; nesta publicação procurar-se-ia dar relevo à preocupação nacional, ao amor às nossas tradições e costumes, ao carinho a Portugal e às coisas simples da terra e do povo, um pouco à

imagem do personagem queirosiano da *Ilustre Casa de Ramires*, curiosamente também ele algarvio de Vila Real de Santo António³⁹, José Lúcio Castanheiro (o “Castanheiro patriotinho”). No entanto, tal projecto tinha já sido delineado em reunião na Figueira da Foz (Setembro de 1913⁴⁰), onde compareceram Alberto Monsaraz, António Sardinha e Hipólito Raposo, surgindo aí a vontade de lançar as bases de uma revista de filosofia política, tendo como objectivo difundir a doutrina do Integralismo Lusitano.

- 49 No mês anterior, o Padre Amadeu de Vasconcelos (Mariotte) tinha publicado o número 1 de *Os Meus Cadernos*; aí advogava as teses do movimento nacionalista “Action Française”. Em Fevereiro do ano seguinte, 1914, João do Amaral começava a publicação da folha *Aqui d’el reil*, onde, novamente, se procurou um esforço sistematizador do ideário do Integralismo Lusitano. Preparava-se, deste modo, o caminho para esse periódico, que seria o mais poderoso agitador de ideias nacionalistas, tradicionalistas e antiparlamentares do início do século XX: *Nação Portuguesa*, timidamente “revista de filosofia política” e, depois, resolutamente “revista de cultura nacionalista”. Porém, antes de fazermos referência ao periódico, convém deixar uma nota em relação à revista que, pela primeira vez, empregou o termo *Integralismo Lusitano*.
- 50 De facto, foi no periódico *Alma Portuguesa*, cujo primeiro número foi editado em Maio de 1913, que foi usada a expressão “Integralismo Lusitano” pela primeira vez, termo que saiu da pena de Luís de Almeida Braga. Esta revista autodenominava-se órgão do “integralismo lusitano” e “revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidade”, tendo apenas visto a luz por duas vezes; o segundo número é de Setembro de 1913, data que coincide com a reunião da Figueira da Foz.
- 51 Em relação ao “órgão oficial” do Integralismo, a *Nação Portuguesa*, está a ser preparado um trabalho de análise exaustiva de todos os artigos publicados nas onze séries deste periódico, de 1914 a 1938. As três primeiras séries irão estar disponíveis em formato digital, na Biblioteca Nacional, abarcando os anos de 1914-16 – 1.ª série –, 1922-23 – 2.ª série – e 1924-26 – 3.ª série⁴¹.
- 52 Dois anos após o aparecimento da *Nação Portuguesa*, dá-se a criação da Junta Central do Integralismo Lusitano, que em Abril de 1916 publicou o manifesto respectivo, sendo em Novembro publicadas as bases da sua organização. Esta primeira Junta Central do Integralismo Lusitano ficou constituída pelos seguintes membros: Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich. De todos estes membros apenas dois não eram “jovens turcos”, isto é, tinham mais de trinta anos: Xavier Cordeiro e Rui Enes Ulrich; por essa razão Leão Ramos lhe chamará um “movimento de novos”. No entanto, não é só um movimento de prosélitos mas de apóstolos, como escreve o louletano: “faziam de cada novo integralista um apóstolo” (p. 47⁴²), referindo-se este “faziam” aos membros da Junta Central, porque “o Integralismo (...) era uma cruzada” (p. 72).
- 53 Nas páginas seguintes, o licenciado em Direito deixa, bem claramente, escapar qual a “alma” do Integralismo: António Sardinha, Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, nomeadamente o primeiro que, após a sua morte, ficou conhecido como o “mestre”, tendo a sua idolatria, por alguns dos seus correligionários, raiado a quase, como agora se diz, disfunção psicológica.
- 54 No ano anterior (1915), quando a invasão de Portugal pela Espanha estivera iminente, realizaram-se as Conferências da Liga Naval, depois reunidas em volume sob a designação de *A Questão Ibérica*. Nelas se pretendia “demonstrar que Portugal constituía uma

individualidade nacional característica, definida e inconfundível” (p. 47). Os temas e autores foram os seguintes: António Sardinha, “O território e a raça”; Hipólito Raposo, “A língua e a arte”; Luís de Freitas Branco, “Música e instrumentos”; José Pequito Rebelo, “Aspectos económicos”; Rui Enes Ulrich, “Colonizações ibéricas”; Adriano Xavier Cordeiro, “Direito e instituições”; Vasco de Carvalho, “Aspectos político-militares”; Luís de Almeida Braga, “Lição dos factos”. As conferências nunca chegaram ao fim porque foram interrompidas pela revolução de 14 de Maio; no entanto, elas são indispensáveis para o conhecimento da doutrina integralista, do seu ideário patriótico e da acção exercida por esta corrente doutrinária.

- 55 No ano de 1917, estando a *Nação Portuguesa* no seu interregno de seis anos que durou até 1922, aparece o diário integralista da tarde *A Monarquia*, cujo primeiro número saiu da escuridão a 12 de Fevereiro: “o seu intuito era doutrinar, continuando e difundindo numa esfera mais ampla a acção iniciada pela revista *Nação Portuguesa*” (p. 52). À volta deste periódico se foram fundando outros na província (vimos o caso da *Ideia Nova* em Silves) e à volta da Junta Central iam-se formando Juntas Provinciais, Juntas Concelhias, Núcleos Paroquiais, Juntas Escolares como a de Coimbra e Lisboa⁴³. É assim, quase em festa, que o Integralismo Lusitano chega às altas chefias do Estado com Sidónio Pais, assunto acerca do qual fornecemos algumas notas. É necessário ter em conta que todos estes acontecimentos relatados têm um poderoso pano de fundo: a Primeira Guerra Mundial e a questão das colónias. Este, quanto a mim, é um ponto obscuro no relacionamento dos integralistas com a República.
- 56 Voltando à nossa exposição, Sidónio Pais cai, literalmente, em Dezembro de 1918, e a conjuntura permite, em Janeiro de 1919, uma revolta monárquica que tem origem no Porto, tendo ficado conhecida como Monarquia do Norte. Devemos atestar que o papel do Integralismo Lusitano nesta revolta é bastante dúbio.
- 57 O que é facto é que a Junta Central do Integralismo Lusitano envia dois delegados ao Norte – A. Sardinha e L.A. Braga – com o intuito de adiar o movimento, esforço que não teve sucesso. A despeito disso, em Lisboa a resistência monárquica organizou-se no interior da floresta de Monsanto e, pelo menos, três integralistas estiveram presentes nos combates: P. Rebelo, A. Monsaraz e H. Raposo, que terá sido ferido. “Em Agosto de 1919, seis meses depois da restauração republicana no Porto, ainda as prisões estavam atulhadas de monárquicos, enquanto milhares deles percorriam os caminhos ásperos do exílio (...) reapareceu o jornal *A Monarquia*, órgão do integralismo lusitano, sob a direcção firme e corajosa de Hipólito Raposo” (p. 64).
- 58 Durante o mesmo ano, dois delegados da Junta Central, J. P. Rebelo e L. A. Braga, deslocam-se a Inglaterra com o fito de se encontrarem, pessoalmente, com o rei exilado. O resultado desta iniciativa foi a Junta Central do Integralismo Lusitano desligar-se da obediência ao rei deposto, visto ele se reconhecer, apenas, como monarca constitucional. Por esse conjunto de razões, a Junta Central declarava: “perante as respostas do Senhor Dom Manuel, ouvidas respeitosamente, com a mais escrupulosa lealdade reproduzidas [em *A Monarquia* de 20 de Outubro de 1919] e com a maior reflexão apreciadas – o sangue dos mortos e dos feridos, o infortúnio de todos os sacrificados e a nossa honra de portugueses e de monárquicos, impõem-nos o dever de declarar que a partir de hoje nos desligamos de toda a obediência ao Senhor Dom Manuel II que foi Rei de Portugal e nos afastamos inteiramente das suas direcções políticas” (citado na p. 68).
- 59 Deste modo, foi necessário escolher outro representante da realeza, tendo recaído a escolha na pessoa do filho de D. Miguel: D. Miguel II. No entanto, “em 1920, pela renúncia

do Senhor Dom Miguel II e a do seu primogénito, o Duque de Viseu, o velho partido legitimista e o Integralismo Lusitano reconheceram no Príncipe Dom Duarte Nuno de Bragança o legítimo herdeiro do Trono de Portugal. O Senhor Dom Duarte tinha então 13 anos. Para tutelar os direitos do jovem Príncipe durante a sua menoridade, foi designada a Senhora Infanta Dona Maria Aldegundes de Bragança, filha de El-Rei Dom Miguel I, cuja acção durante as incursões fora notabilíssima” (p. 72).

- 60 A 17 de Abril de 1922 é assinado, em Paris, o pacto conluiado entre os dois ramos da Casa de Bragança, onde se reconhecia a realeza de D. Manuel II, sem que se acautelasse a sua sucessão, na pessoa de D. Duarte Nuno, pois o rei não tinha descendentes (ver Anexo I). A Junta Central do Integralismo viu-se perante um facto consumado, ao qual era impossível obedecer e, para que não fosse uma força de bloqueio à união monárquica, “a Junta Central resolveu suspender a sua actividade, bem como a publicação do jornal *A Monarquia*” (pp. 80-81) – (Anexo III). No entanto, “o golpe fora profundo em demasia. O certo é que a organização, praticamente, se dissolveu e – pior ainda – os integralistas se dispersaram” (p. 84).
- 61 Com a suspensão da actividade política convém, neste momento, fazer um ponto de situação no que se refere à Junta Central do Integralismo Lusitano. O primeiro a abandonar esse órgão foi R. E. Ulrich; em 1919 mais dois membros não se encontravam já no seu seio, X. Cordeiro, por ter falecido, e João do Amaral, por ter emigrado. Por outro lado, os enviados a Paris pela Junta Central, A. Monsaraz e L. A. Braga, que tinham sido pressionados pela Infanta Aldegundes a aderir ao chamado Pacto de Paris, foram também afastados. Ficou a Junta Central do Integralismo constituída pelos seguintes membros: A. Sardinha, H. Raposo, P. Rebelo, Rolão Preto e Afonso Lucas.
- 62 Posteriormente, em Novembro de 1925, quando “finalmente, verificando a inutilidade dos seus esforços a Senhora Infanta denunciou esse Pacto” (pp. 79-80), a Junta Central anunciou o seu regresso à actividade política e A. Monsaraz e L. A. Braga foram reintegrados; contudo, “era tarde. O Integralismo, como organização política, não mais se recompôs.” (p. 81). Se juntarmos a esse facto a morte do “mestre” A. Sardinha, em 10 de Janeiro de 1925, nada de mais verdadeiro poderá ser dito sobre o movimento do Integralismo Lusitano.
- 63 Antes dos sucessos agora relatados, apenas um facto é digno de menção: o reaparecimento do periódico, em Julho de 1922, *Nação Portuguesa*, agora com o subtítulo de *Revista de cultura nacionalista*, sob a direcção de A. Sardinha. Segundo Leão Ramos Ascensão, “a acção exercida, de 1922 a 1925, pelo grande mestre do nacionalismo tradicionalista português e a influência da sua revista nos meios cultos foram consideráveis (...) dele pôde dizer, à sua morte, em 10 de Janeiro de 1925, o jornal espanhol *Correo de la Mañana*: ‘Foi o maior agitador de ideias que houve em Portugal depois de Antero de Quental’” (p. 89). E acrescenta o natural de Loulé: “a acção política de António Sardinha neste período extraordinário, em que estava a atingir a pujança das suas faculdades, exerceu-se mais intensamente no campo da revisão histórica^[44] (ele foi o precursor de tudo quanto se tem feito nesse campo), nos ensaios de crítica literária e filosófica, no apostolado de uma política de amizade peninsular, sem dúvida desejável, no debate, enfim, dos grandes problemas do pensamento, fora de todas as paixões suscitadas pelas pugnas políticas” (p. 90).
- 64 É o próprio Leão Ascensão quem confessa que o estado do Integralismo era de tal ordem, após o Pacto de Paris e a morte de A. Sardinha, que se ponderou a adesão em bloco à situação após o 28 de Maio de 1926. Nas suas próprias palavras: “pesa-me dizê-lo, mas a

verdade é que, logo após o 28 de Maio, chegou a pôr-se a questão da adesão em bloco à nova situação” (p. 97). Tal não veio a acontecer. No entanto, “em 1930, o Governo publicava um manifesto em que se expunha o programa da União Nacional e, pela boca do Dr. Oliveira Salazar, definia um pensamento político nitidamente anti-liberal e anti-democrático, que dava satisfação a muitas reivindicações integralistas” (p. 99).

65 Faltava, apenas, resolver a questão dinástica: “em Setembro do mesmo ano, em carta ao seu Lugar-Tenente, o Senhor Dom Manuel removia os últimos obstáculos à solução dessa questão, declarando peremptoriamente que punha uma única condição para reconhecer o Senhor Dom Duarte como seu sucessor: que o Senhor Dom Duarte, por sua vez, o reconhecesse como Rei de Portugal” (p. 102). As dificuldades tinham sido removidas. Quando, em 1932, D. Manuel II morre no exílio sem descendência, os monárquicos agrupam-se à volta de D. Duarte Nuno. Deste modo, “feita a união monárquica, a Junta Central do Integralismo Lusitano e o movimento que ela chefiava dissolveram-se [Anexo IV]. Estava cumprida a sua missão” (p. 105).

66 Não estava, mas essa é outra história⁴⁵!

ANEXOS

Anexo I

O Pacto de Paris

Os abaixo assinados, analisada detidamente a situação política do País e cónscios de que interpretam o sentir da grande maioria dos monárquicos portugueses que são a maioria do País, desejando sincera e lealmente ver terminadas as dissensões entre a Família Monárquica, que só aproveitam aos partidos da república, com grave prejuízo da nossa Causa e do nosso País;

Ouvidos os seus Augustos Mandantes e por Eles devidamente autorizados, declaram:

O primeiro signatário: a) que o seu Augusto Mandante, na falta de herdeiro directo, aceitará o Sucessor indicado pelas Cortes Gerais da Nação Portuguesa.

b) Igualmente aceitará as resoluções das mesmas Cortes, quanto à Constituição Política da Monarquia Restaurada.

c) Que de acordo com a Santa Sé será resolvida a questão religiosa, mediante diploma a ser submetido às Cortes.

Pelo segundo signatário foi dito: que perante as declarações anteriores o seu Augusto Mandante pedia e recomendava a todos os seus partidários que acatem como Rei de Portugal o Senhor Dom Manuel II e que se unam lealmente sob a mesma bandeira que abriga todos os Monárquicos, que é a bandeira da Pátria e a Bandeira que há-de salvar Portugal.

Feito em Paris, aos 17 de Abril de 1922

Aires d'Ornelas

Conde d'Almada e Avranches

(Leão Ramos Ascensão, *Integralismo Lusitano*, pp. 191 a 192.)

Anexo II

Através das Revistas e dos Jornais

EM COIMBRA

Não esmorece a J. E. de Coimbra no seu trabalho de propaganda da boa doutrina. Eis o que, a propósito, escrevia na *Época* de 21 de Abril em carta de Coimbra o seu redactor, nosso prezado amigo e distinto jornalista, Dr. Augusto Morna:

“A Junta Escolar Integralista da Universidade de Coimbra, que este ano tem demonstrado uma bela actividade combativa, continua, dentro da sua posição de luta, a dar sinais de vigorosa vitalidade.

Na sua pequenina sala, mantida a custo de sacrifícios dignos de nota durante um ano inteiro de propaganda activa, têm-se lido conferências, feito discursos, encarado questões actuais através do prisma nacionalista, que estabelecem um contraste frisante com a abulia modorrenta dos “pintainhos de Rousseau”. Desde o Dr. Hipólito Raposo e Dr. Rolão Preto, dois dos mais grados lidadores da Reconquista, até aos mais humildes e desconhecidos escolares, que começam despertando para a vida das realidades sociais, iluminados pelos princípios depuradores do Integralismo, todos têm vindo dizer ali as fortes razões pelos quais o seu nacionalismo de princípio logicamente se realiza num monarquismo de conclusão.

Ainda ontem nova conferência se realizou na sala da Junta Escolar. Conferente Leão Ramos Ascensão, secretário da Junta, terceiranista de direito. Espírito naturalmente combativo, a sua palestra teve um carácter de impressionante actualidade, sob o tema de “Fascismo, anti-fascismo e monarquia hereditária”.

Depois de fazer uma breve exposição do que fora o carácter primitivamente republicano do fascismo, a sua aceitação, depois, do facto monárquico, Leão Ascensão tratou das repercussões nos vários países europeus das doutrinas ditatoriais da *Itália rinovata*.

Mereceu-lhe especial análise o delírio nervoso do Sr. Raul Proença, que vê no fascismo a segunda edição, correcta e aumentada dos terrores da inquisição.

S. Ex.^a do alto das colunas doutorais da *Seara Nova*, pontificando para o gentio espantado, clama contra o canibalismo bárbaro dos rapazes fascistas: homens queimados vivos, presos submetidos a trato de polé, horripilantes maquinações contra a Liberdade e a Bondade Humana. Um “engano” do Sr. Raul Proença: o Sr. Amendola, coitado, vítima das sevícias dos fascistas, segundo a pena de oiro do articulista seareiro, declara à hora da morte que não teria ela consequência dos maus tratos dos seus adversários, e pede que esse caso não seja explorado como o do socialista Mateotti.

Passa em seguida o conferente a falar na Cruzada Nun'Álvares, pela qual confessa a mais franca simpatia. Mas a Cruzada não conclui. Não lhe dá a garantia de uma estabilidade governativa inadiável. E pouco a pouco, argumentando com vigorosa lógica, Leão Ascensão proclama a solução única, a garantia firme de uma nova ordem social: a monarquia anti-parlamentar, tradicionalista, católica, de que o fascismo português, se

português se pode chamar a um fenómeno político de tão vincadas raízes italianas, não pode ser senão o prólogo organizador. E ai dele, se assim não for! Porque a ditadura é sempre um meio transitório de preparação, alguma coisa tem de sair do seu trabalho gestador. Voltaremos então à anarquia individualista em que nos debatemos? Só a Monarquia Integral, dos Municípios e das Corporações pode dar à Nação a paz que condicione todo o progresso”.

Todos os que na N. P. trabalham abraçam em Leão Ramos Ascensão, uma das mais brilhantes certezas do nosso movimento.

(*Nação Portuguesa*, 3.^a Série, n.º 11, 1926, pp. CCXXXVIII-IX.)

Anexo III

A Atitude da Junta Central do Integralismo Lusitano perante o Pacto de Paris

INTEGRALISMO LUSITANO

Tendo tomado conhecimento do texto do acordo dinástico firmado pelo senhor Conde de Almada e Avranches como representante de Sua Alteza a Senhora Infanta D. Maria de Aldegundes de Bragança, tutora do Príncipe Real Senhor Dom Duarte Nuno, e pelo Senhor Conselheiro Aires de Ornelas, como representante do Senhor Dom Manuel II – a Junta Central do Integralismo Lusitano, coerente com as suas anteriores declarações e procedimento, torna públicas as resoluções seguintes:

- 1.^a – Verificando que no referido acordo não foram salvaguardados os princípios da Monarquia Portuguesa, reconhece com mágoa a impossibilidade moral e política de promover a sua execução, retomando desde hoje a sua independência.
- 2.^a – Para que não possa atribuir-se ao Integralismo Lusitano a responsabilidade de retardar ou prejudicar o advento da Monarquia, suspende imediatamente a sua actividade de organização política, até que as circunstâncias demonstrem que só os processos e doutrinas do Nacionalismo podem assegurar a certeza da restauração.
- 3.^a – Afirma o seu propósito de continuar o combate à república, pela defesa e propaganda doutrinária dos princípios do Integralismo Lusitano, enquanto não lhe for dado lutar de novo no campo da acção política pela proclamação da Monarquia dos Municípios e das Corporações cujas Cortes Gerais aclamarão por direito o Rei Legítimo, reconhecendo-o na Pessoa de Sua Alteza Real, o Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança.
- 4.^a – Dando conta desta atitude às Juntas Provinciais e Municipais, aos Núcleos Paroquiais, às Juntas Escolares e a todos os seus filiados, protesta-lhes o justo louvor pela lealdade com que, através dos maiores perigos, perseguições e sacrifícios, souberam honrar os seus compromissos e testemunha-lhes o mais profundo reconhecimento pelas demonstrações de apreço que lhes ficou devendo.

Lisboa, 4 de Maio de 1922

(Leão Ramos Ascensão, *Integralismo Lusitano*, pp. 193 a 195.)

Anexo IV

Integralismo Lusitano

Em cumprimento das ordens de El-Rei e de quem dignamente O representa em Portugal;

Tendo em consideração os documentos políticos ultimamente publicados que converteram a Causa Monárquica num amplo organismo que abrange a totalidade dos portugueses obedientes à suprema autoridade e direcção de El-Rei o Senhor Dom Duarte II;

A Junta Central do Integralismo Lusitano, inspirada no mais alto interesse nacional e segura de bem servir a Doutrina da Salvação Pública que há perto de vinte anos teve o destino de formular e até agora o encargo e honra de manter inflexivelmente, resolve:

- 1.º – Saudar com o mais profundo respeito na Pessoa de El-Rei Duarte II, o Descendente, Sucessor e Representante Legítimo de Dom Afonso Henriques, Fundador da Nacionalidade, de Dom João I e de Nun'Álvares que a emanciparam e de Dom João IV que a libertou do domínio castelhano;
- 2.º – Saudar o Lugar-Tenente de El-Rei, Conselheiro João d'Azevedo Coutinho, personificação viva das virtudes cívicas e militares da nossa raça, por seus feitos heróicos já proclamado benemérito da Pátria;
- 3.º – Congratular-se sinceramente pela união dos monárquicos portugueses, hoje fortalecidos pela identidade de pensamento, de comando e de acção;
- 4.º – Dirigir a expressão do seu melhor apreço àqueles monárquicos, fieis à realeza do Senhor Dom Manuel II até à sua morte, que, na compreensão do verdadeiro dever de portugueses e à voz das suas convicções, reconheceram em El-Rei Dom Duarte II, o Chefe da Casa de Bragança e o Continuador da Dinastia a que está ligado indissolivelmente o encargo tradicional da grandeza, da honra e da independência nacional;
- 5.º – Saudar os monárquicos portugueses do nosso Ultramar e os que vivem no estrangeiro, especialmente os das organizações do Brasil, os quais na hora incerta em que alguns vacilavam por fraqueza moral ou condenáveis acomodações, souberam manter erguida a bandeira do definitivo resgate de Portugal;
- 6.º – Saudar comovida e gratissimamente aqueles leais portugueses, os mortos e os vivos, que através dos sacrifícios, dos perigos e das horas más do infortúnio, confiaram na sua direcção política, aceitando-a e seguindo-a até ao dia de hoje, em que alguns dos princípios fundamentais das nossas reivindicações, por cuja defesa tantos integralistas foram perseguidos e presos, já são proclamados de salvação nacional pelos próprios poderes da República;
- 7.º – Por julgar cumprida a sua missão, delibera, finalmente, dissolver-se e declarar dissolvida a organização política do *Integralismo Lusitano*, recomendando por último dever a todos os componentes das Juntas Provinciais, das Juntas Municipais, Núcleos e Juntas Escolares, que aceitem na organização nova da Causa Monárquica os lugares e situações que lhes forem atribuídos e os sirvam com a mesma dedicação e lealdade, certos de que, ao procederem assim, esta Junta e os seus dirigentes de ontem, contribuem para o revigoramento da última e primeira reserva de salvação pública que tem a sua expressão política na Monarquia e no Rei.

Viva Portugal.

A JUNTA CENTRAL

(*Integralismo Lusitano*, Vol. II, fasc. IV, Julho de 1933, pp. 239 a 240⁴⁶.)

NOTAS

1. “Suplemento” in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1959, pp. 15 a 20, 210 a 233, 410 a 414 e *passim*.
2. “Da monarquia para a república” in A.H. Oliveira Marques, Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI, Lisboa, Horizonte, 1991, pp. 396 a 397 e 708 a 738.
3. Rui Ramos, “A Segunda Fundação” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 540 a 546.
4. “A República II. O nó górdio e as espadas” in João Medina (dir.), *História de Portugal*, Vol. XI, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 100 a 107 e 115 a 122.
5. S.v. “Integralismo Lusitano” e “António Sardinha” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1992.
6. S.v. “Integralismo Lusitano” in António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Suplemento ao Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999.
7. Acerca deste período veja-se o nosso artigo, em conjunto com José Manuel Cordeiro, “A República dos Integralistas”, entregue para publicação nas *Actas do Congresso Internacional Representações da República*, FCSH, UNL.
8. Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, Cultura Monárquica, 1991, p. 111.
9. O artigo é bastante interessante, pois traça o percurso do Integralismo Lusitano até aos anos sessenta do século XX.
10. Cf. Caetano Beirão; Luís de Almeida Braga; Marcelo Caetano; Manuel Gonçalves Cerejeira; Leonardo Coimbra; Constituição de 1933; Corporativismo; Corporativismo Político; Manuel Gomes da Costa; Democracia Cristã; Democracia Orgânica; Direito; Ditadura Militar; D. Duarte Nuno; Estatuto do Trabalho Nacional; Extrema-Direita; Golpe de 28 de Maio; História; Historiografia sobre o Estado Novo; Igreja Católica e o Estado Novo; Intelectuais e o Estado Novo; Jornais e Revistas Culturais; Liga do 28 de Maio; Marcelismo; Monarquia; Monárquicos; Alberto Monsaraz; Movimento Nacional-sindicalista; Nacionalismo; José Gonçalo Correia de Oliveira; Organização Corporativa; Pedro Teotónio Pereira; Fernando Pessoa; Alfredo Pimenta; *Presença*; Francisco Rolão Preto; José Hipólito Raposo; José Pequito Rebelo; Regime Fascista; Republicanos e Estado Novo; Salazarismo; Secretariado da Propaganda Nacional; António Sérgio de Sousa; José Fernando de Sousa; Universidade de Coimbra; Afonso Lopes Vieira. Como se pode constatar, uma lista extensa de assuntos relacionados com o Integralismo.
11. A obra foi republicada em *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986, pp. 13 a 74.
12. A dissertação foi entretanto publicada sob o título *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004. Sobre o movimento constate-se a exaustiva bibliografia das quatro gerações do integralismo no final da obra, pp. 327 a 357; é também de utilidade a consulta do capítulo “O Integralismo Lusitano – teses e interpretações – o estado da questão”, pp. 21 a 36.
13. O texto foi, entretanto, publicado em livro com o título *António Sardinha (1887-1925). Um intelectual no século*, Lisboa, ICS, 2006.
14. O pai, José da Costa Ascensão, republicano e, possivelmente, ateu, foi o primeiro Presidente da Câmara da sua cidade natal após a queda da Monarquia, de 11 de Outubro de 1910 a 8 de Maio de 1911.
15. S.v. Ascensão, Leão Ramos in *op. cit.*, Lisboa, Verbo, imp. 1963.
16. S.v. Ascensão, Leão Ramos in *op. cit.*, vol. IV, Ilídio Rocha (coord.), Lisboa, Publicações Europa-América, 1997.

17. Vilhena Mesquita, *op. cit.*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1989, pp. 54 a 55.
18. Talvez por lapso, Vilhena Mesquita, na obra citada p. 54, afirma que Leão Ramos Ascensão frequentou a Universidade de Lisboa onde concluiu o curso de Direito.
19. Nessa epístola, com convicção, começam por considerar os reis sujeitos aos “princípios basilares da Monarquia”, concluem que no Pacto de Paris (Anexo I) essas prerrogativas não foram respeitadas, declarando o apoio aos princípios integralistas. O documento, datado de 11 de Julho de 1922, vem assinado por uma vintena de estudantes. Cf. *Nação Portuguesa*, Revista de Cultura Nacionalista, 2.^a Série, n.º 2, Setembro de 1922, pp. 93 a 94.
20. *Nação Portuguesa*, Revista de Cultura Nacionalista, 3.^a Série, 1925, n.º 7-8, *cf.* p. CXLVI.
21. *Ibidem*, 3.^a Série, 1926, n.º 9-10, p. CCVIII.
22. *Ordem Nova*, Ano I, n.º 1, Março de 1926, pp. 26 a 30.
23. *Ibidem*, Ano I, n.º 4-5, Junho-Julho de 1926.
24. Ver Anexo II.
25. Leão Ramos Ascensão foi eleito presidente da Junta Escolar, em substituição de Albano Magalhães, ou no fim de 1926 ou logo no início de 1927, pois a *Ordem Nova*, em Janeiro de 1927, noticia o facto (Ano I, Fascículo 11, p. 360).
26. A periodicidade do jornal é variável ao longo dos seus dezanove números (o primeiro número é de 25 de Fevereiro de 1928 e o último de 23 de Março de 1929). Começa com uma frequência semanal que manteve a espaços, tanto com a direcção mencionada como com a nova direcção encabeçada por Abrantes Tavares acompanhado por Alberto Esteves e Amável Duarte Figueira.
27. Os artigos publicados por Cabral de Moncada na *Nação Portuguesa* foram os seguintes: na 5.^a série, Tomo I, n.º 2, de Agosto de 1928; Tomo II, fasc. 7, 1929; fasc. 9, Março de 1929; fasc. 10, Abril de 1929; fasc. 11, Maio de 1929; 6.^a série, Tomo I, fasc. 1, 1930; fasc. III, 1930; fasc. IV/V, 1930. Os da pena de Vitorino Nemésio encontram-se na *Seara Nova*, Ano VI, n.º 120, de 24 de Maio de 1928; n.º 136, de 8 de Novembro de 1928; Ano VII, n.º 143, de 27 de Dezembro de 1928. Os redigidos por António Sérgio na mesma revista são: Ano VII, n.º 144, de 3 de Janeiro de 1929; n.º 151, de 7 de Março de 1929; n.º 153, de 21 de Março de 1929; n.º 154, de 28 de Março de 1929; n.º 163, de 30 de Maio de 1929; n.º 170, de 18 de Julho de 1929; n.º 174, de 15 de Agosto de 1929; n.º 183, de 17 de Outubro de 1929; n.º 186, de 7 de Novembro 1929, e n.º 190, de 5 de Dezembro de 1929.
28. *Cf.* Leão Ramos Ascensão, *Integralismo Lusitano*, pp. 163 e ss.
29. Não sabemos bem se terá sido antes da partida, ou já em terras africanas, que terá esposado Marcolina Oliveira, de quem teve sete filhos, pressupomos que todos nascidos em Angola, um dos quais o autor do artigo da *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* e docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
30. *Vd. Integralismo Lusitano*, Vol. II, fasc. XI, Fevereiro de 1934, pp. 616 a 618.
31. *Vd.* “Nomes Ilustres da nossa terra. Dr. Leão Ramos Ascensão” in *A Voz de Loulé*, n.º 1523, de 1 de Agosto de 2002.
32. Ano I: n.º 9, de 15 de Outubro de 1942, pp. 2 a 3; Ano II: n.º 1, de 21 de Janeiro de 1943, p. 5; n.º 8, de 10 de Maio, pp. 1 e 2; n.º 12, de 27 de Julho, p. 2; n.º 13, de 17 de Agosto, p. 2; n.º 16, de 28 de Outubro, pp. 2 e 3 (é neste ano que publica nas edições Gama a obra *O Integralismo Lusitano*); Ano III: n.º 14, de 23 de Setembro de 1944, p. 3; n.º 18, de 20 de Novembro, pp. 1 e 2; n.º 21, de 20 de Março de 1945, pp. 5 e 6; Ano IV (o ano de maior actividade no periódico): n.º 16, de 12 de Janeiro de 1946, p. 2; n.º 17, de 19 de Janeiro, p. 3; n.º 18, de 26 de Janeiro, pp. 1 e 6; n.º 19, de 2 de Fevereiro, p. 3; n.º 21, de 16 de Fevereiro, pp. 1 e 6; n.º 25, de 16 de Março, p. 6; n.º 26, de 23 de Março, p. 6; n.º 27, de 30 de Março, p. 1; n.º 28, de 6 de Abril, pp. 1 e 7 onde defende Salazar; n.º 30, de 20 de Abril, p. 1; n.º 34, de 18 de Maio, p. 1; n.º 36, de 1 de Junho, pp. 1 e 6 sobre os vinte anos do 28 de Maio; n.º 37, de 8 de Junho, p. 1; n.º 39, de 27 de Julho, p. 1; n.º 40, de 3 de Agosto, p. 1; n.º 41, de 10 de Agosto, p. 1; n.º 43, de 24 de Outubro, p. 1 e pp. 1 e 4; n.º 44, de 7 de Novembro, pp. 3 e 6; n.º 45, de 21 de Novembro, pp. 4 e 7, 5 e 6; n.º 46, que na capa traz 5 de Novembro, mas

pensamos ser gralha e tratar-se de 5 de Dezembro, pp. 5 e 7; n.º 47, de 26 de Dezembro, p. 5; Ano V: n.º 49, de 13 de Fevereiro de 1947, pp. 2 e 6; n.º 50, de 27 de Fevereiro, pp. 1 e 2; n.º 51, de 13 de Março, pp. 1 e 7 (os seis últimos artigos tratam da doutrina social da igreja); n.º 52, de 27 de Março, p. 3. Teve ainda participação na Revista *Cidade Nova*, Revista de Cultura, onde publicou “A Democracia pela Educação”, I Série, n.º 5-6, Maio-Julho de 1950, pp. 295 a 300. Este periódico, impresso em Coimbra, divulgou seis séries entre 1949 e 1960 e foi dirigido por Carlos Amado, sendo o editor Fernão Pacheco de Castro.

33. No âmbito dessas funções, recebeu das mãos do Presidente da República, em 1959, as insígnias da Grã-Cruz da Ordem da Benemerência, distinção concedida na comemoração do centenário da Sociedade de S. Vicente de Paulo no nosso país. Também, enquanto membro do Conselho Geral da mesma sociedade, foi recebido em audiência por Paulo VI, representando a Sociedade na visita do Papa a Fátima. Para mais informações sobre a sua actividade como vicentino, consultar o citado artigo da *Voz de Loulé*, que é a transcrição do texto de Manuel Torres Silva, extraído do n.º 4 do *Boletim Português da Sociedade de S. Vicente de Paulo*.

34. Raul Proença, “Acerca do Integralismo Lusitano”, *Seara Nova*, n.º 5, de 24 de Dezembro de 1921, p. 133, col. 2.

35. Aquilino Ribeiro, *Arcanjo Negro*, Lisboa, Bertrand, 1985, p. 46. A obra foi redigida entre 1939 e 1940, mas, devido a problemas com a censura, só foi publicada em 1947. *Mónica* foi editada em 1939.

36. Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, p. 49.

37. Viemos a ter conhecimento, posteriormente, de que os citados artigos se deviam ao médico republicano, natural de Olhão, Francisco Fernandes Lopes. Estes textos foram entretanto publicados, com introdução e organização nossa, sob o título *Medicina e História. Contra a epidemia do integralismo lusitano, cartas a um jovem integralista*, Faro, Universidade do Algarve, 2009. Nesse texto alvitramos que o que nos parece mais lógico é os textos serem dirigidos ao futuro maestro Ivo Cruz, que foi estudante liceal em Faro e fazerem parte do círculo de relações de Francisco Fernandes Lopes.

38. Os integralistas foram resgatar esta ave à divisa de D. João II. Na imagem aparece um pelicano que alimenta os filhos com a sua própria carne, ornamentado pelo seguinte dizer: *pola lei e pola grei*.

39. Quer-nos parecer que se trata da única personagem dos romances de Eça identificado como natural de uma localidade a sul do Tejo.

40. Data em que sai, na Bélgica, o segundo número da revista *Alma Portuguesa*.

41. Este trabalho já foi ultimado pelo autor deste artigo e por José Manuel Cordeiro, investigadores do Seminário Livre de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estão, neste momento, na rampa de lançamento as séries 4 a 6 (1926 a 1931). No n.º 26 de *Cultura – Revista de história e de teoria das ideias*, encontram-se dois artigos que tratam da 1.ª e 2.ª séries da *Nação Portuguesa*: Cordeiro, J., “*Nação Portuguesa (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?*” (pp. 139–154); Oliveira, P., “*Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da Nação Portuguesa (1922–1923)*”, pp. 155-171.

42. Todas as citações, a partir deste momento, são extraídas da obra *Integralismo Lusitano* de Leão Ramos Ascensão, sendo apenas indicada, entre parêntesis, a página respectiva.

43. A Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano publicava uma revista intitulada *Política*.

44. O papel dos integralistas foi fundamental neste campo. A reabilitação de algumas figuras históricas (D. João VI, Carlota Joaquina, D. Miguel, o papel da Companhia de Jesus e a valorização da história do século XVII, ou ainda a figura de Nuno Álvares Pereira) é labor dos integralistas. Essa reabilitação veio fornecer um contrapeso à história de feição liberal. No entanto, a imagem que os integralistas têm da história é semelhante àquela que Eça de Queiroz atribui a Pinheiro Chagas: “Outro qualquer ter-se-ia contentado em folhear um livro de história, para colher, aqui e além, datas ou nomes de batalhas. Você, não. Você encerrou-se dentro da História, como Carlos

Magno, revolvendo o pó dos antepassados, procurando penetrar-se da nobre fé que os fez grandiosos, dormindo com as faanhas do Condestável Nun'Álvares debaixo do travesseiro, para surpreender e poder imitar as palpitações daquele puro coração de herói. In-fólios, códices, manuscritos, memórias, forais, crónicas – tudo você absorveu. Mil vezes você passou e repassou, como diz Michelet, o *sombrio rio dos Mortos*. Dia a dia, reviveu todo o passado épico. E enfim uma hora chegou em que você decerto se considerou digno de ter recebido em Sagres, nalguma véspera de partida de caravelas, as confidências sublimes do infante D. Henrique.” *Brasil e Portugal* in “Notas Contemporâneas”, *Obras de Eça de Queiroz*, Vol. II, Porto, Lello & Irmão, s/d, p. 1397.

45. Entre outros factos que poderiam ser aduzidos, veja-se a parte em destaque da nota do Anexo IV.

46. No entanto, na mesma revista, pp. 241 a 242, era publicado o seguinte esclarecimento: “pela nota publicada neste fascículo, deixam de existir a organização política do Integralismo Lusitano e o organismo que a tem dirigido. Estes factos se atestam para conhecimento de amigos e adversários, os quais ficarão sabendo que os monárquicos portugueses obedecem todos às direcções da Causa Monárquica, nos diversos graus da sua hierarquia. *A designação Integralismo Lusitano, de hoje em diante, exprimirá apenas um conceito doutrinário, a reivindicação totalitária dos princípios da Monarquia Portuguesa que continuarão a ser expostos e defendidos nesta revista, sob a exclusiva responsabilidade pessoal dos seus directores*” (itálico nosso).

RESUMOS

Este artigo pretende, num primeiro momento, através de algumas fontes históricas, compreender o modo como o fenómeno do Integralismo Lusitano tem sido estudado no nosso país. Num momento posterior, tentar-se-á pôr a claro a vida de Leão Ramos Ascensão e o seu contributo para o movimento monárquico e para o movimento do Integralismo Lusitano. O momento final levar-nos-á ao conhecimento deste movimento desde a sua fundação à volta da revista *Alma Portuguesa*, editada em Lovaina, na Bélgica, em 1913, até à sua extinção em 1933.

Based upon several historical sources, this article intends to understand how the phenomenon of integralismo lusitano has been studied in Portugal. On the other hand, it tries to define the role of Leão Ramos Ascensão in the monarchist movement and also in the movement of integralismo lusitano. Finally, it will focus on the movement of integralismo lusitano, either on its foundation by the *Alma Portuguesa*, a magazine published in Louvain, Belgium, in 1913, and on its peculiar features until the end of the movement in 1933.

ÍNDICE

Palavras-chave: Leão Ramos Ascensão, biografia, Integralismo Lusitano, história, vanguarda, Aléo, monarquia

Keywords: Leão Ramos Ascensão, biography, Integralismo Lusitano, history, vanguard, Aléo, monarchy

AUTOR

A. PAULO DIAS OLIVEIRA

DHAP – FCHS – Universidade do Algarve. SLHI – Centro de História da Cultura – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Licenciado em Filosofia, tendo enveredado uns anos depois pela História das Ideias. Nessa área concluiu o mestrado em História Cultural e Política. Ingressou, de seguida, na Universidade do Algarve, onde fez o doutoramento na área de História Contemporânea. É, neste momento, Professor Auxiliar do Departamento de História, Arqueologia e Património na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e docente do Curso de Património Cultural e dos Mestrados de História do Algarve e de História da Arte. Além do estudo do movimento krausiano em Portugal, que foi objecto das dissertações de mestrado e doutoramento, tem investigado o fenómeno do Integralismo Lusitano.

Graduate in Philosophy. Soon interested on History of Ideas, he has completed a MA on Cultural and Political History, and a PhD in Contemporary History. He is at present Assistant Professor of the Department of History, Archaeology and Cultural Heritage at the University of Algarve, where he is teacher of the Course on Cultural Heritage and also of the MA on the History of Algarve and on Art History. Besides studying the Krausism in Portugal, which was the main subject of his PhD dissertation, he has recently worked on the phenomenon of Integralismo Lusitano.